

Pente-fino avança sobre auxílio-doença

INSS cortou mais de 50% dos benefícios por incapacidade revisados no ano passado, atingindo 356 mil usuários

CAIO PRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) intensificou o pente-fino nos benefícios por incapacidade em 2024, resultando no corte de mais da metade dos auxílios-doença revisados. Entre julho e dezembro do ano passado, foram revisados 684.262 benefícios, dos quais 356.422 foram cesados, segundo o órgão.

Isso representa 52% do total de auxílios cortados, o que resultou uma economia de R\$ 2,4 bilhões para os cofres públicos. Em 2025, a autarquia previdenciária poderá realizar novas operações de reavaliação de benefícios previdenciários.

Segundo especialistas, receber o comunicado para o pente-fino não é motivo para desespero dos segurados. Entretanto, é importante que o beneficiário siga todas as orientações do órgão federal.

Outra recomendação é



ADOBEE STOCK

GOVERNO DIZ QUE ECONOMIZOU R\$ 2,4 BI COM PENTE-FINO: SEGURADO PODE APRESENTAR DEFESA À PREVIDÊNCIA

que ele tenha em mãos os documentos relacionados à concessão do benefício, além de exames médicos atualizados, como uma forma de se prevenir em relação a possíveis erros na perícia.

“O primeiro passo é reunir os documentos que estão sendo solicitados pelo

INSS. Muitas vezes o órgão apenas solicita documentos para atualização cadastral. Cumprindo a exigência, o segurado não terá problemas com o benefício. Porém, pode ser identificada alguma irregularidade no recebimento. Neste caso, o segurado terá que apresentar defe-

sa, correndo o risco de o benefício ser bloqueado ou cessado”, orienta o advogado Ruslan Stuchi.

Para o advogado Mateus Freitas, do escritório Aith, Badari e Luchin, esse tipo de medida é defendido como uma maneira de garantir que os benefícios sejam pagos apenas a

quem realmente tem direito, evitando fraudes e abusos. “No entanto, é crucial que esse processo seja realizado com extremo cuidado para evitar injustiças e danos a indivíduos vulneráveis”. O especialista ressalta que os critérios de revisão devem ser claros e justos.

PACIENTE

“A falta de transparência ou critérios mal definidos pode levar à suspensão indevida de benefícios, o que seria injusto e prejudicial. Além disso, os beneficiários de auxílio-doença geralmente são pessoas com problemas de saúde sérios. As reavaliações devem ser conduzidas por profissionais qualificados, com uma abordagem humana e sensível à condição do paciente”

Mateus Freitas

Advogado do escritório Aith, Badari e Luchin

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Página:** 12